



EU QUE TENHO A MENTE E O CORAÇÃO NO TEMPO PRESENTE¹

Neste momento da história em que a complexidade das situações sociais e econômicas põe em perigo a dignidade de cada pessoa e o valor da vida, este convite de Pedro Poveda sobre “*estimar a justiça como a vida*” se faz urgente e se converte num programa que nos pede uma resposta corajosa, decidida e encarnada. Assim, precisamos abrir os olhos diante da realidade mundial, no momento presente. A realidade que vivemos requer “uma intervenção audaz e profética”.

Esta urgência foi abrindo nossos olhos, mentes e corações para uma maior compreensão da própria espiritualidade de encarnação na interrelação fé-culturas-justiça, concebida não de forma linear, mas dinâmica. Não querendo propor uma postura excludente, mas antes de tudo integradora.

A resposta à situação mundial globalizada, geradora, em muitos casos, de situações de injustiça, joga-se sobretudo no cotidiano da vida. É na simplicidade do dia-a-dia, nas ações concretas, onde se encarnam as opções e se tornam possíveis novos ideais e sonhos proféticos. “*Eu que tenho a mente e o coração no momento presente*”, afirmava Pedro Poveda.

A busca pela justiça em todas as situações há de ser, para nós, um imperativo. Há que se refletir nas relações pessoais, no exercício profissional, nas relações familiares e sociais, nas mais variadas formas de denúncia e luta contra a pobreza e a exclusão.

Muitas vezes ouvimos que as bem-aventuranças são o coração da ética cristã. Não porque sejam normas ou leis, mas porque expressam um estilo de vida, baseado na liberdade e no amor, o estilo de vida que que questiona e não deixa nada indiferente: “*Por que ele come com os publicanos e os pecadores?*” (Mt. 9,11).

Estimar a justiça tanto como a vida significa viver, a partir das bem-

aventuranças, o desafio do amor, da justiça e da paz: “*Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça*” (Mt. 5, 6). É revelador que sejam felizes não os vencedores, mas os perseguidos. Não os fortes nem os poderosos, mas os pobres e os famintos. Não os conformistas, mas os que lutam por justiça e, por isso, são perseguidos e maltratados.

Estimar a justiça tanto como a vida quer ser um convite para olhar o mundo com os olhos de esperança e a partir das possibilidades que nos oferecem para avançar numa globalização alternativa, para criar redes com outros, para construir partindo da pluralidade, para salvaguardar a terra em que vivemos, para promover experiências de solidariedade, de justiça e de paz. Isto pode no levar à pergunta: qual é o desenvolvimento possível, o desenvolvimento justo, bom e verdadeiro, que respeita os recursos limitados do nosso planeta, os cuida e os distribui com equidade?

Estimar a justiça tanto como a vida é comprometer-nos a pôr a terra a serviço de todos os seres humanos: cuidá-la, respeitá-la, dar-lhe futuro, para que seja a casa de todos. Isto pede que estejamos atentos ao poder destrutivo da crise atual que leva consigo, entre outras coisas, a especulação do solo, as dificuldades em relação à habitação das famílias mais jovens, os números insustentáveis de desemprego, as distâncias familiares impostas pelo trabalho, a quase obrigação de emigrar procurando abrigo noutras terras.

Estimar a justiça tanto como a vida leva inevitavelmente a assumir, na prática, conflitos e contradições, o que exige lucidez, capacidade crítica para entender os mecanismos de injustiça e para uma tomada de posição a partir de critérios éticos e proféticos. É o preço que leva alguém a entregar a sua vida: “*Ninguém me tira a vida, sou eu que a entrego*” (Jo. 10, 18).

Reafirmamos a importância de intervir nas realidades de

debilidade, exclusão e marginalização, colocando a serviço da sociedade a nossa melhor preparação acadêmica, de pensamento, de reflexão etc., porque cremos firmemente no carácter curativo do diálogo fé-culturas-justiça.

Para Pedro Poveda, uma ciência primorosa se nutre do estudo e da análise crítica dos mecanismos de morte que ameaçam milhões de seres humanos, oferece-se como compromisso para colaborar nos processos de transformação social e cultural. O diálogo fé-culturas-justiça pede-nos que sejamos pessoas que nos atrevamos a entrar com honestidade e competência nos fóruns de diálogo social e de criação de pensamento.

Estimar a justiça tanto como a vida significa prestar também uma atenção particular a uma expressão fundamental: a educação e a formação, elementos chave na transformação da sociedade. É urgente formar pessoas comprometidas com a justiça, a solidariedade, os direitos humanos e a paz. Sabendo que este processo educativo se dá na cotidianidade das nossas vidas: no trabalho e no tempo livre; na aula e na vida profissional; nas relações interpessoais e nas atividades grupais; na infância, na juventude e na idade madura; nas experiências geracionais e intergeracionais; ou seja, sempre que tivermos ocasião de ensinar e aprender. Na perspectiva da justiça, sabemos que o que temos nos foi dado e é para todos. Deixaremos nossa riqueza - espaços, saberes, qualidades - armazenada ou a serviço de um mundo que necessita tão urgentemente desses bens?

Estimar a justiça tanto como a vida é também acolher a chamada para viver uma esperança coerente, séria, viva, valente que dá como fruto as virtudes, entre elas, a justiça.

¹Adaptado da *Carta do Ano 2013*, de Maite Uribe (Presidente da IT)

JUSTIÇA E VIDA: VALORES A SEREM ESTIMADOS

Marcelo Andrade

1º momento:

SENSIBILIZAÇÃO

- O/a animador/a deve apresentar o Jornal Mural para introduzir o tema e pedir que os participantes comentem livremente as frases e imagens.
- Em seguida, o animador pede que os participantes analisem algumas frases do Jornal Mural e conversem sobre a seguinte pergunta:

O que significa, para você, *estimar a justiça tanto como a vida*?

- Ao final deste momento, o/a animador/a apresenta a fala de Fábio Konder Comparato (Seção “Com a Palavra”, do Boletim Cidadania em Rede).



Pedro Poveda

2º momento:

APROFUNDAMENTO

- O/a animador/a distribui cópias da Seção “Você Sabia?” do Boletim Cidadania em Rede para que os participantes conheçam um pouco mais sobre a história do conceito de justiça
- O animador divide os participantes em dois subgrupos. Todos recebem cópia do texto “Eu Que Tenho a Mente o Coração no Momento Presente” (Seção “Idéias em Foco”, do Boletim Cidadania em Rede)

- Nos subgrupos, os participantes podem fazer uma leitura coletiva e dialogada do texto. Os participantes devem registrar as idéias consideradas mais importantes para apresentar em plenária.
- Em plenária, um representante de cada grupo apresenta as sínteses dos subgrupos.
- Ao animador/a organiza a apresentação, reforçando aquelas questões apontadas pelo texto.

3º momento:

COMPROMISSO

- O/a animador/a inicia este momento lendo pausadamente o trecho da entrevista de Vladimir Safatle (Seção “A Palavra é Sua”, do Boletim Cidadania em Rede).
- Em seguida, o/a animador/a pode selecionar notícias sobre justiça hoje (Veja sugestão na Seção “Ecos da Cidadania”, do Boletim Cidadania em Rede)
- Após a leitura do trecho da entrevista e das notícias, os/as participantes devem responder a seguinte questão:

O que aprendemos com o depoimento dado na entrevista e com a notícia apresentada?

O que podemos fazer para promover a justiça como um valor a ser estimado por todos?

A palavra é sua... solte a voz!

Neste número do Boletim Cidadania em Rede, apresentamos um trecho da entrevista de **Vladimir Safatle**, professor de filosofia da USP, dada à Revista 22 (Fundação Getúlio Vargas).



Esta seção está aberta para sua opinião. Comunique-se conosco!

A crise que ocorre no Brasil é uma crise da democracia representativa como um todo ou uma crise da representação política pelos partidos?

Acho que é uma crise do conceito de democracia representativa. Claro que ficou muito mais evidente com a crise do capitalismo que vem de 2008. A crise do capitalismo global é antes de tudo a crise da globalização. Não por outra razão, todos esses países que de uma maneira ou de outra entraram no processo de globalização - Brasil, Turquia, Espanha ou Grécia - todos são vítimas desse processo de globalização. Ficou evidente nesses países, em primeiro lugar, como a democracia representativa é frágil. Fraca diante dos grandes interesses do sistema financeiro internacional. Ela não consegue se contrapor. Você pode trocar de partido, mas as políticas continuam as mesmas. Esses grandes partidos, sejam da tradição social democrata, sejam da centro-direita, nenhum teve condição de aparecer como um garantidor dos interesses da sociedade civil contra os interesses dos grupos econômicos hegemônicos. Então, dentro desse quadro só há uma saída, que é a constituição uma verdadeira democracia direta, baseada na capacidade de reconhecer a força do poder popular. E é muito interessante perceber que o Brasil entrou nesse ciclo (de protestos) porque o processo de desenvolvimento econômico mostrou seus limites.

Por que motivo esta onda de protestos de rua, a de junho, não aconteceu duas ou três décadas atrás, quando a situação social do país era muito mais adversa?

Segundo o conceito de frustração relativa de, as pessoas comparam com aquilo que poderiam conseguir. Ou seja, é óbvio para boa parte da população brasileira que nós poderíamos conseguir mais. É a sexta ou sétima economia do mundo, um PIB idêntico ao da Grã-Bretanha com serviços públicos idênticos aos do Gabão. Existe alguma questão de divisão de renda que poderia ser pensada de outra forma. Esse é o cálculo que as pessoas fazem. Por outro lado, é bom lembrar que o Brasil sempre foi um país de grandes conflitos populares. Essa versão de que o brasileiro é um povo cordato, que não temos grandes manifestações, isso é completamente falso. É verdade que houve um hiato de uns 20 anos do governo Fernando Henrique ao governo Lula, quando as grandes manifestações saíram um pouco de cena. Mas, lembro que no governo Fernando Henrique ocorreram manifestações do Movimento dos Sem Terra que pararam o Brasil. No governo Lula, houve uma desmobilização muito forte. Mas isso foi um hiato. Até o final dos anos 1980, os sindicatos chamavam grandes greves gerais, o Brasil parava. Estamos simplesmente voltando ao lugar natural da política brasileira, que é esse espaço das grandes mobilizações e manifestações populares, seja à direita, seja à esquerda. Essa é a nossa história, ela continua agora.

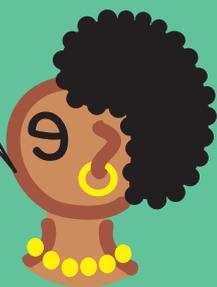
Como o senhor analisa o formato muito distinto das mobilizações de junho das que ocorriam antes no Brasil?

É fato que houve uma espontaneidade das manifestações. Teve uma causa específica que se desdobrou e virou duas causas, porque era não só a questão dos transportes, mas também a da violência policial, que foi o elemento detonador do processo. A partir do momento em que essas duas causas mostram sua capacidade de mobilização, destravam a participação popular e fazem acontecer manifestações as mais dispare. O mais interessante é que esse é o modelo tradicional de manifestação popular. Poderia fazer um largo histórico de várias manifestações populares, desde a Revolução Francesa, em que o processo foi mais ou menos esse. As pessoas saem por uma questão específica e vão percebendo que a questão específica está vinculada a um problema estrutural mais global que sobe à cena. A Revolução Russa não aconteceu porque as pessoas saíram às ruas exigindo comunismo. Aconteceu porque elas foram para as ruas pedindo paz, terra e pão. De repente, esse processo foi crescendo e se desdobrando em uma crítica mais global.

Você sabia?

Não!

Então,
aprenda mais,
amplie seus conhecimentos
sobre o tema discutido.



O que é justiça? O que ela tem a ver com a nossa vida. A concepção de justiça já deve diferentes interpretações ao longo da história. E estas concepções influenciam a maneira de ver e organizar a vida social. Vamos conhecer algumas?

Na **Antiguidade**, a justiça era representada por uma mulher com olhos vendados, para quem "todos são iguais perante a lei". Assim, a justiça deveria buscar a igualdade entre os cidadãos. **Aristóteles** definia justiça como uma igualdade proporcional: tratamento igual entre os iguais, e desigual entre os desiguais. Já **Platão** reconhece a justiça como sinônimo de harmonia social, relacionando à ideia de que o justo é aquele que se comporta de acordo com a lei.

Na **Idade Média**, **Tomas de Aquino** entendia justiça como sendo a disposição constante da vontade em dar a cada um o que é seu. Era classificada como comutativa (entre iguais), distributiva (do soberano para seus súditos) e legal (baseada num sistema de normas jurídicas). O jusnaturalismo (ou a teoria da lei natural) entendia a justiça com duas dimensões: (1) aspecto constante (tratar da mesma maneira os casos semelhantes) e (2) aspecto variável (determinar quando, para uma dada finalidade, os casos são semelhantes ou diferentes).

Atualmente, estão em disputas duas perspectivas sobre justiça: liberal e igualitária.

Na **perspectiva liberal**, o filósofo John Rawls é um dos mais influentes pensadores do conceito de justiça como equidade. Retomando a teoria do contrato social, propõe uma situação na qual determinados indivíduos escolheriam os princípios de justiça. Tais indivíduos, concebidos como racionais e razoáveis, desconheciam as situações que lhe trariam vantagens ou desvantagens na vida social (classe e status, educação, concepções de bem, características psicológicas, etc.). Desta forma, na "posição original" imaginada por Rawls, todos compartilham de uma situação de equidade.

Na **perspectiva igualitária**, a justiça é vista como bem-estar. O jurista **Ronald Dworkin** dedicou-se ao conceito de justiça. Para ele, justiça se baseia em duas ideias: (1) igual interesse e (2) responsabilidade especial. Igual interesse significa que a distribuição das riquezas sociais deve refletir as escolhas das pessoas, de forma que uma distribuição idêntica das riquezas não se traduziria em uma distribuição justa. Já a responsabilidade especial implica que não seriam justificadas as desigualdades materiais que não pudessem ser atribuídas às escolhas das pessoas, assim como não se justificariam aquelas que decorressem de circunstâncias que se encontram fora do controle das pessoas.

Notícia Ecos da Cidadania

NOTÍCIA

O que foram as manifestações de junho e o que é insustentável afirmar sobre elas

Leonardo Avritzer | 23/07/2013 | < <http://democraciaejustica.org> >

A grande questão que se coloca hoje na ressaca das grandes manifestações de junho é entender o seu significado, que é objeto de disputas e contestações no país neste momento.

As manifestações públicas que ocorreram no Brasil no último mês de junho podem ser analisadas sob diversos ângulos: alguns analistas ressaltaram o papel das redes sociais nessas mobilizações que trazem para o Brasil características já vistas em outros lugares do mundo (Egito e Turquia recentemente). Outros analistas enfatizaram o papel da juventude que não era vista na política brasileira desde o movimento dos caras pintadas. Ainda outros analistas têm enfatizado o papel da luta contra o sistema político e a corrupção. E por fim, vimos até mesmo alguns analistas, sem senso de ridículo, dizendo que as manifestações são contra a volta do nacional-desenvolvimentismo.

Na verdade, a grande questão que se coloca hoje na ressaca das grandes manifestações de junho é entender o seu significado, que é objeto de disputas e contestações no país neste momento. Isto se dá por dois motivos: um primeiro porque as manifestações representaram uma democratização do espaço público e do espaço midiático, ambas as dimensões simbolizadas pela ideia de "ocupar as ruas". No capitalismo global com monopólio midiático que nós vivemos, a rua é o único espaço que não tem nenhum controle econômico e nenhuma interpretação preconcebida. Ela é o único local onde a democracia pode ser exercida na sua plenitude.

Mas, estas manifestações mostraram também como o monopólio midiático é relativizado em momentos de grande manifestação. No dia 06 de junho, os locais mais acessados das redes sociais no Brasil eram: o portal do Estadão, seguido pelo do Movimento Passe Livre, Anonymous Brasil, Ninja e o site da Carta Capital. Alguns fenômenos são importantes de serem apontados. A mobilização nas redes relativiza o papel da grande imprensa desde que a TV aberta não seja claramente um ator no espaço público, tal como a Globo não foi até pelo menos o dia 10 de junho. É justamente nessas situações que emergiu certo pluralismo que permitiu que as manifestações não fossem apropriadas pela grande imprensa, mas se constituíssem em um universo mais plural de demandas e reivindicações, em seu primeiro momento.

Editora: Susana Sacavino Coordenação: Marcelo Andrade
Equipe: Marcelo Andrade e Maria da Consolação Lucinda
Composição Gráfica: Companhia Visual Manteca

Realização:



NOVAMERICA

NOVAMERICA Programa Direitos Humanos Educação e Cidadania

ISSN 1677 - 4167 Rua Dezenove de Fevereiro, 160 - Botafogo - CEP: 22280 - 030 - Rio de Janeiro - R. J. - BRASIL
Tel/fax: 2542 6244 - 2295 8033 - E-mail: promotores@novamerica.org.br - <http://www.novamerica.org.br>